

Trabalho Docente: Representações Sociais em Professores de Uma Universidade Pública

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

*Universidade Federal de Goiás
Jataí, GO, Brasil*

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

*Universidade Estadual Paulista
São Paulo, SP, Brasil*

RESUMO

O trabalho docente apresenta especificidades que conduzem à necessidade de compreendê-lo, especialmente no contexto universitário. Tendo como referencial teórico a perspectiva marxista (Marx, 1996; Lane, 1994), buscou-se investigar o trabalho de professores em uma universidade pública, a partir de um estudo de caso com docentes dos cursos de Psicologia e Serviço Social da UNIFESP/Câmpus Baixada Santista. O percurso metodológico deu-se a partir da realização de pesquisa eletrônica e, posteriormente, de entrevistas individuais, semiestruturadas e áudio-gravadas. Para análise dos dados utilizou-se a teoria das representações sociais (Moscovici, 2003; Spink, 1993) e da análise de discurso (Charaudeau e Maingueneau, 2004; Freire, 2006; Orlandi, 1999). Percebeu-se que o trabalho docente é marcado por contradições que tangenciam as habilidades e competências demandadas na contemporaneidade, o sucateamento da universidade pública, as políticas educacionais e a precarização das relações de trabalho. O docente percebe-se, assim, diante de impasse: a universidade é contexto emancipador e alienador.

Palavras-chave: Docência; Universidade; Representação social; Pesquisa qualitativa; Psicologia social.

ABSTRACT

Teaching Work: Social Representations in Teachers of a Public University

Teaching work presents specification that is necessary to its comprehension, especially in the university context. Using as theoretical reference Marxist perspective (Marx, 1996; Lane, 1994), we try to investigate the professor work in a public university, since a case study with teachers of Psychology and Social Service courses from UNIFESP/Campus Baixada Santista – Santos/SP Brazil. The methodological procedure took place since electronic research and, afterward, with individual semi-structured and, audio-recorded interviews. To data analysis, we used the theory of social representations (Moscovici, 2003; Spink, 1993) and, Discourse Analysis (Charaudeau and Maingueneau, 2004; Freire, 2006; Orlandi, 1999). We understood that teaching work is marked by contradictions that touch the abilities and the competences demanded in contemporaneousness, the scrapping of public university, the educational politics and, the precariousness of work relations. The professor feels himself/herself in an deadlock: the university represents at the same time an emancipator and an alienator context.

Keyword: Teaching; University; Social representation; Qualitative research; Social psychology.

RESUMEN

Trabajo Enseñanza: Representaciones Sociales en Profesores de Una Universidad Pública

El trabajo docente presenta especificaciones que lleva la necesidad de comprenderlo, especialmente en el contexto universitario. Teniendo como referencia teórica la perspectiva marxista (Marx, 1996; Lane, 1994), se buscó investigar el trabajo de los docentes en una universidad pública, a partir de un estudio de caso con profesores de Psicología y Trabajo Social UNIFESP/Campus Baixada Santista – Santos/SP Brasil. El enfoque metodológico fué posible apartir de la realización de pesquisa electrónica y, posteriormente, de entrevistas individuales, semi-estructuradas y grabadas en audio. Para el análisis de los datos se utilizó la teoría de las representaciones sociales (Moscovici, 2003; Spink, 1993) y el análisis del discurso (Charaudeau y Maingueneau, 2004; Freire, 2006; Orlandi, 1999). Se considera que la enseñanza está marcada por contradicciones que son tangentes a las habilidades y competencias demandadas en la contemporaneidade, el desguace de la universidad pública, las políticas educativas y la precarización de las relaciones laborales. El profesor se da cuenta, así, delante de un impasse: el contexto universitario es emancipador y alienante.

Palabras clave: Docencia; Universidad; Representación social; Pesquisa cualitativa; Psicología social.

INTRODUÇÃO:

As últimas décadas têm sido marcadas pelas transformações do Ensino Superior, dadas pelas novas tecnologias, pelas precárias políticas públicas educacionais, pelo aumento do número de universitários e pela acentuada diversidade sociocultural nesse contexto (Imberón, 2009; Cunha, 2007). Frente a esse cenário, compreender o significado do trabalho em docentes universitários pode contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais condizentes com a realidade brasileira, bem como fomentar programas de formação profissional.

A concepção de docência que alicerça a pesquisa aqui apresentada vai além do pressuposto de que o trabalho do professor é apenas dado por ações técnicas ou pela operacionalização de tarefas. Compreende-se a docência como experiência que perpassa o desenvolvimento de atitudes técnicas, entretanto, não se esgota nela. A experiência da docência comporta dimensão reflexiva e prática, atravessadas por elementos de ordem subjetiva, como a afetividade, os valores, a ética e as crenças. A docência universitária é fundamentada, ainda, em uma filosofia e pedagogia universitária que, segundo a perspectiva sócio-histórica, sofre determinações do contexto social, cultural, político e econômico (Lane, 1994; Bock, 2007). A profissão docente transcende o exercício de ensinar, notadamente na universidade pública, onde o trabalho do professor dá-se por meio de carreira profissional alicerçada no tripé pesquisa-ensino-extensão.

A compreensão e a análise do significado da docência tem tangenciado muito pouco as motivações intrínsecas que conduzem a esse exercício profissional, constituindo-se em processo desafiador. Nessa pesquisa buscou-se compreender as representações sociais dos docentes de uma universidade pública brasileira, almejando conhecer os significados que atravessam o exercício da profissão docente. As discussões aqui apresentadas são amparadas na perspectiva marxista (Marx, 1996; Lane, 1994), que tem o trabalho como categoria central, ou seja, como condição elementar para a vida do homem.

Partindo dessa concepção teórica, buscou-se compreender quais são as representações sociais acerca do trabalho docente em professores universitários. Nesse processo, questões foram suscitadas: Como o trabalho, as trajetórias, os enfrentamentos presentes no cotidiano vão constituindo esse “ser profissional” que identifica o professor? Como aspectos antagônicos e contraditórios se organizam frente ao trabalho docente? Como sentidos e significados são tramados e tecidos na teia do fazer profissional?

Buscando resposta a essas questões, utilizou-se também a teoria das representações sociais que é entendida como modalidade de conhecimento da realidade, em especial, das dimensões social, material e ideológica na qual os indivíduos estão inseridos. Possui funções simbólicas e ideológicas servindo como formas de comunicação e expressão da realidade onde circulam. Na visão de Alexandre (2004, p. 135), a representação social “[...] busca decifrar os processos através dos quais o pensamento, um elemento primordial da cognição, torna-se consensual entre integrantes de um grupo ou comunidade”.

Enquanto campo multidimensional, as representações sociais nascem na integração entre a dimensão individual e a dimensão coletiva. Elas advêm do conhecimento construído, estruturado e transmitido pela sociedade, resultando num elemento social que penetra os processos cognitivos. Nesse trabalho, as representações sociais referem-se aos conhecimentos presentes entre os docentes que são convertidos em cognição, possibilitando a compreensão da formação do pensamento (Moscovici, 2003; Spink, 1993).

Para a teoria das representações sociais, a concepção de indivíduo deve ser apreendida na dimensão social, já que ele somente existe na trama das interações humanas. Desse ponto de vista teórico, busca-se explicar os fenômenos humanos a partir da perspectiva coletiva, porém sem perder a individualidade. Essa compreensão tem como princípio a ideia de que indivíduo e sociedade, orgânico e psíquico, mundo interno e mundo externo são dimensões da mesma totalidade e, por isso, não podem ser apreendidos de forma cindida (Moscovici, 2003; Sá, 1998). As relações entre realidade objetiva e subjetiva somente podem ser compreendidas por meio da relação indivíduo-sociedade e de modo indissociável, ou seja, a construção subjetiva ocorre por meio do processo de apropriação do significado social.

As representações sociais trata-se de conjunto de conhecimentos constituídos na vida diária partindo das relações interindividuais. As imagens, categorias, conceitos e teorias formados na vida cotidiana permitem a comunicação entre os indivíduos, podendo ser compreendidos somente no contexto social em que são gerados.

Dentre os pressupostos do aporte teórico das representações, encontra-se a concepção de que o indivíduo é ser pensante, com capacidade reflexiva e postura ativa frente à realidade. As experiências cotidianas permitem-no formular questões e buscar respostas diante das realidades compartilhadas. Nesse sentido, a teoria das representações sociais serviu como elemento significativo para a significação da categoria trabalho em docentes universitários.

Esse estudo pautou-se ainda na análise de discurso, que tem por objetivo básico compreender as formas de produção social de sentido, isto é, buscar os significados impressos nos discursos. A compreensão do discurso está intimamente relacionada a apreensão do pensamento. O significado da fala “[...] é, sem dúvida, parte integrante da palavra, mas é simultaneamente, ato do pensamento, é um e outro ao mesmo tempo, porque é a unidade do pensamento e da linguagem (Bock; Gonçalves; Furtado, 2007, p. 130).

Na perspectiva discursiva, o fundamental é a questão do sentido veiculada à categoria história, isto é, a busca de significados que são constituídos a partir da historicidade. Há o intuito de explicar e interpretar como os objetos simbólicos produzem sentidos historicamente. Buscou-se, com a utilização da análise de discurso enquanto proposta crítica de problematização da realidade estudada, configurar a subjetividade humana como constituição social e histórica, revelando a intersecção entre sujeito e discurso. Dessa maneira, a análise do discurso mostrou-se como possibilidade de compreensão da linguagem como espaço marcado pelo debate e conflito (Freire, 2006, Orlandi, 1999).

A análise de discurso revelou-se pertinente, ainda, porque compreende que, por meio da palavra, podem-se apreender aspectos constitutivos da subjetividade, já que a palavra expressa pelo sujeito é sua maneira singular de expressar/codificar suas experiências (Charaudeau e Maingueneau, 2004). Assim, coube aos pesquisadores desvendar os sentidos constituídos pelos sujeitos.

Percurso Metodológico

A escolha do método qualitativo proporcionou o conhecimento e a compreensão de conceitos e intenções constituídos nos docentes em seu exercício profissional. Na metodologia qualitativa, encontra-se a descrição de significados a partir do exame interpretativo dos fenômenos sociais com vistas à construção de explicações subjacentes e modos de inter-relação (Minayo, 2004; Demo, 2000, 2001). Buscou-se a epistemologia qualitativa como forma de ruptura com abordagens que reduzem a pesquisa à coleta imediata e fragmentada e à verificação de hipóteses previamente formuladas.

A instituição escolhida como lócus da pesquisa foi a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP – Câmpus Baixada Santista). Optou-se por essa universidade por apresentar os cursos de Psicologia e Serviço Social no mesmo câmpus e, ainda, pelos professores trabalharem de forma multidisciplinar nos departamentos de “Ciências da Saúde” e de “Saúde,

Educação e Sociedade”. Foi elaborada uma pesquisa eletrônica, construída na Base de Dados do Google Docs, e encaminhada por *e-mail* aos 32 docentes dos departamentos referidos. A pesquisa eletrônica teve por objetivo traçar um panorama do perfil técnico dos docentes e foi utilizada como critério para etapa posterior. No corpo do *e-mail* continha o *link* que deveria ser acessado, de modo que o sujeito pudesse responder às informações solicitadas. Foram escolhidos, posteriormente, 4 (quatro) sujeitos significativos para realização de entrevista. A amostra foi determinada por conveniência, dentre os critérios para escolha destacam-se o vínculo de dedicação exclusiva com a UNIFESP e a titulação de doutor. Buscando preservar a identidade dos sujeitos, foram utilizados pseudônimos.

As entrevistas constituíram-se a partir de roteiro que privilegiava o conhecimento acerca do percurso de vida profissional dos sujeitos; foram realizadas de forma individual, semiestruturadas e áudio-gravadas. De acordo com Minayo (2004), a entrevista pode fornecer dados de duas naturezas: elementos objetivos e elementos subjetivos. Dessa forma, a entrevista caracteriza-se não somente como instrumento de fornecimento de informações, mas também, de interação social. Aguiar e Ozzela (2006) defendem a entrevista como instrumento importante para a apreensão dos sentidos subjetivos.

A análise do material pautou-se nas representações sociais. A utilização da representação social como viés metodológico se fez importante por se tratar de procedimento que agrega o contexto sociocultural e histórico ao individual. Ao final da obtenção dos dados, realizou-se processo de análise de discurso, já que esse instrumento teórico-metodológico possibilita o reconhecimento de elementos que estão nas “entrelinhas” do discurso dos sujeitos e o reconhecimento de contradições.

Esse trabalho derivou do discurso dos docentes, que evidenciou momentos peculiares da história do seu exercício profissional. A linguagem dos sujeitos constituiu-se em organismo importante da expressão de seus processos internos. A partir da história narrada, foi possível haver uma aproximação maior dos fenômenos vivenciados e experimentados pelos sujeitos na articulação entre suas dimensões pessoal e profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vida moderna configura-se como “sociedade do trabalho”. O trabalho norteia a vida social, provocando mudanças de ordem objetiva e subjetiva no trabalhador. A compreensão da categoria trabalho, na perspectiva marxista, compreende duas significações: o trabalho

enquanto categoria histórico-ontológica e o trabalho como categoria sócio-histórica.

A primeira categoria, histórico-ontológica, passa o trabalho como intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, diz respeito aos processos em que o homem media, regula e controla a natureza a partir da sua própria ação. Parte-se da concepção de que a vida física e mental do homem está ligada à natureza, pois o homem é parte dela. A natureza – como instância externa ao homem – permite que ele exerça uma atividade orientada para uma finalidade. Enquanto processo dialético, ao modificar a natureza, o homem modifica a si mesmo, já dela faz parte. Então, a categoria histórico-ontológico trata-se de pressuposto ineliminável, estrutural e estruturante para a compreensão do trabalho em Karl Marx. Por meio do trabalho, o homem tem condições de desenvolver mediações simbólicas, modos de socialização e forças sociais produtivas.

O trabalho, enquanto intercâmbio entre homem e natureza, apresenta algumas características peculiares: é intercâmbio consciente, é intercâmbio técnico e é interação social. O elemento intercâmbio consciente está vinculado à capacidade humana de abstrair, essa habilidade pressupõe o desenvolvimento de um complexo linguístico e possibilita a comunicação, os signos linguísticos, as estruturas sintático-gramaticais, bem como o surgimento da ideologia como modo específico de consciência social. O intercâmbio técnico vincula-se à mediação por meio de objetos de trabalho, meios de produção da vida social ou formas de objetivação. Na sociedade de classes, os instrumentos tornam-se modos de controle, pois permitem ao homem lidar e intervir com o mundo natural. Por fim, a interação diz respeito à sociabilidade humana: a relação do homem consigo e com o outro. O trabalho surge como dimensão coletiva, mas, paradoxalmente permite a individuação humana.

Já a categoria sócio-histórica diz respeito à compreensão do trabalho nas várias formas societais emergentes na história da humanidade, ou seja, múltiplas atividades prático-instrumentais de luta pela sobrevivência do homem. Entre as várias modalidades de trabalho existentes na história, esse estudo busca compreender o trabalho no mundo capitalista, já que é nessa realidade que se desenvolve a docência universitária.

Na sociedade capitalista, o trabalho é constituído e organizado a partir das determinações da sociedade de classe e as determinações do estado político. Nessa conjuntura, há o processo de alienação, pois o trabalhador pode não dominar os objetos de trabalho (matéria-prima), os meios de trabalho (ferramentas) e o próprio trabalho vivo.

De fato, essas características se apresentam no trabalho docente já que a precarização das condições objetivas, as dificuldades na permanência no contexto da universidade e a política de sucateamento da educação superior são elementos presentes e significativos. As exigências que se estabelecem ao docente perfazem a sobrecarga de trabalho, a pressão por produtividade, o comprometimento com o processo de formação de qualidade do estudante, a consciência de classe e a incorporação de tarefas.

Há, em curso entre nós, um desenho de carreira docente que vem ganhando contornos cada vez mais fortes, sem que tais contornos tenham sido discutidos nos Conselhos Superiores, sem que tal debate esteja associado ao que esperamos de conjunto atingir nos próximos anos como Universidade. Metas vêm sendo estabelecidas mesmo que não se saiba exatamente o que se conquistou, sem que tenha havido ampla participação na definição de um plano estratégico institucional. Vai se consolidando assim uma cultura de cumprimento de metas, independente de qualquer discussão acerca das premissas que as sustentam e do nosso compromisso com elas (Deusdará, 2010, p. 36).

Observou-se que os sujeitos introjetam, a partir da lógica mercantil produtivista, modos de atuação e desenvolvimento onde o imperativo está na produtividade. A universidade, enquanto instituição social, cobra, valoriza e impõe aos docentes a produção de trabalhos e artigos científicos. Os sujeitos negam essa lógica e até mesmo tecem críticas acerca dessa condição; contudo, continuam produzindo por meio do fomento aos grupos de pesquisa e estabelecimento de parceiros de pesquisa. Essa postura ocorre como forma de manutenção do próprio trabalho, mas também como meio para manter certo status acadêmico e ganhar legitimidade e reconhecimento na comunidade acadêmica, como se percebe no discurso da docente:

Porque há resistências, como “não queremos”. [...] e quanto às condições de trabalho, hoje eu estou na universidade desde as 8h30, mas pra chegar esse horário, então eu saio às 6h, eu estou numa maratona e só paro às 23h... Amanhã eu dou aula no mestrado, das 8h às 18h... Eu faço pesquisa, tenho pesquisa no CNPQ, eu faço extensão, tenho coordenação de uma pesquisa de extensão e iniciação científica, orientação de TCC, orientação de mestrado e então tudo isso está na sua carga horária, você não ganha um centavo a mais por

comunicar, fazer apresentação, você não tem as condições de trabalho, são atividades de seu interesse, sua individualidade, ou eu me adequo porque estou chegando, tenho quatro aulas, ou eu de fato visto a camisa. (Emília)

O trabalho confere identidade social ao homem: na sociedade capitalista a identidade é atribuída pela posição estrutural na divisão social do trabalho. As representações sociais dos sujeitos são reveladoras dessa condição. Esses sentem que o trabalho docente diferencia-se de outras formas de trabalho, pois o professor detém poder através do conhecimento que possui. O trabalho do docente é também instrumento de produção de valor. Há contradição nessa questão, já que o salário do docente universitário não acompanha os esforços e investimentos necessários à manutenção da carreira docente:

O cotidiano da universidade, as pequenas vitórias, fazer projetos, independente do quanto vai ganhar, do tempo que vai gastar, mas ver colegas tão comprometidos ou ler coisas de colegas me dá orgulho de estar num campus que tem gente pensando assim... Estar aqui, respirar a universidade, seus projetos... Então, estar em contato com isso é muito bom, é super importante. (Cecília)

Segundo Marx (1996) o trabalho é elemento central da vida humana. O trabalho é entendido como condição para a existência humana, já que pelo trabalho o homem transforma a natureza, dominando-a e colocando-a a seu serviço. Por meio do trabalho os docentes organizam não somente suas carreiras, mas suas escolhas de vida. A centralidade do trabalho fica expressa na condução dos rumos, no convívio entre os pares, nas relações familiares, nas relações afetivas. O trabalho, então, assume o papel de mediar as (im)possibilidades dos sujeitos frente às suas vidas. A partir dessa as relações são firmadas e confrontadas, possibilitando continuidades e transformações.

Uma vez que o trabalho tem centralidade na vida dos docentes, outras dimensões da vida humana – como família, relacionamentos afetivos, relacionamentos sociais, lazer – ganham segundo plano ou são reduzidos a períodos de férias acadêmicas. Embora haja um desgaste do ponto de vista físico e emocional, o docente, de certa forma, aprende a conviver com essa realidade e até mesmo administrá-la, como se essa lógica fosse aceitável. Karl Marx, em suas reflexões acerca do significado do trabalho na sociedade, aponta os prejuízos incidentes que o trabalho na lógica capitalista acarreta:

[...] em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incomodá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprimindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. Reduz o sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis (Marx, 1994, p. 378).

O trabalho humano tem como característica principal a possibilidade de projetar objetivos, permitindo ao ser humano a livre escolha sobre as alternativas que conduzem a esses objetivos. Sendo assim, entende-se que o indivíduo é capaz de projetar seus desejos e expectativas e, dessa forma, modificar a natureza conforme suas possibilidades. Ao modificar a natureza o docente modifica a si mesmo, já que ele também é sujeito constitutivo da natureza.

A análise de Marx (1996) demonstra que no decorrer da história da vida humana a capacidade de transformar a natureza se modificou de forma gradativa. O homem incorporou instrumentos no processo de modificação da natureza aumentando a capacidade de trabalho. Pode-se afirmar, assim, que o trabalho cumpre com dois papéis: aliena e emancipa o ser humano. A ampliação da capacidade de trabalho a partir da utilização de instrumentos deveria possibilitar a liberdade do ser humano, entretanto, no decorrer da história, vê-se que isso pode impedir o indivíduo de se realizar como ser humano em suas atividades.

Me sinto bem feliz, bem realizada de saber que tudo deu certo, aquele projeto meu de 22 anos atrás, de sala de aula... olha eu aqui tantos anos depois... Mas pensando que tem muito mais pra viver... A universidade mudou muito, eu mudei muito, o mundo mudou... Então, é como se eu tivesse numa nova docência pra viver agora... Com menos tempo de serviço, com mais limitações físicas, levando em conta esses anos de trabalho, mais ao mesmo tempo com muito ânimo. Com muita coisa pra fazer dar certo... E estando mais preparada para os anos, para as discussões... (Cecília)

Embora haja dificuldades com as condições objetivas de trabalho, desencontros e falta de afinidade do ponto de vista das relações, entraves institucionais e embates teórico-metodológicos, os sujeitos percebem-se em condição de bem-estar emocional. Contraditoriamente, por um lado, o trabalho docente é compreendido como fonte de humanização e prazer; por outro, é contexto propício ao adoecimento e desvencilhamento das relações.

A alienação emerge nos contextos de exploração humana. Na medida em que o homem não tem controle sobre seu processo de produção de bens – no caso do trabalho docente, da produção de bens imateriais – há um distanciamento entre aquilo que é produzido e a comercialização dessa produção, possibilitando a alienação sobre o processo de produção. O rompimento com a alienação dá-se, apenas, nos contextos onde não há a exploração de um ser humano por outro, isto é, num modelo de sociedade diferente do modelo capitalista.

[...] o trabalho do professor será alienado quando seu sentido não corresponder ao significado dado pelo conteúdo efetivo dessa atividade previsto socialmente, isto é, quando o sentido pessoal do trabalho separar-se de sua significação. Se o sentido do trabalho docente atribuído pelo professor que o realiza for apenas o de garantir sua sobrevivência, trabalhando só pelo salário e sem ter consciência de sua participação na produção das objetivações na perspectiva da genericidade, haverá a cisão com o significado fixado socialmente. Esse significado é entendido como função mediadora entre o aluno e os instrumentos culturais que serão apropriados, visando ampliar e sistematizar a compreensão da realidade, e possibilitar objetivações em esferas não cotidianas. Nesse caso, o trabalho alienado do docente pode descaracterizar a prática educativa escolar (Basso, 1998, online).

O rompimento com a alienação não decorre apenas das condições subjetivas, mas depende das condições objetivas de trabalho, sendo que essas são responsáveis por realizar a mediação no processo de conscientização sobre as forças que operam esse contexto.

Na sociedade atual, o trabalho tem sido orientado pela perspectiva de sucesso e pelo desejo – quase incansável – de vencer. Essa ideologia faz com que os docentes trabalhem cada vez mais e busquem maior gama de bens materiais. A competitividade exacerbada entre os pares também é produto do mundo capitalista, podendo ser compreendida pela necessidade de alta produtividade.

Embora tenha o reconhecimento do trabalho que a gente está desenvolvendo até agora... Eu creio que sou reconhecida pelos colegas, pela participação, eu creio que por representantes dos professores, durante esse período, sou suplente da coordenação... Eu creio que tenho o reconhecimento dos pares, é claro que todo mundo aqui tem... Mas majoritariamente há valor no trabalho que a gente faz, porque o reconhecimento é muito mais um movimento pessoal do que um movimento de atribuição enquanto docente. (Beatriz)

Percebeu-se que o trabalho coletivo ainda é elemento desafiador no contexto universitário encontrado. Cunha (2007, p. 18) pontua que frente às demandas atuais, há urgência na reformulação das condições e formas de trabalho docente. A autora compreende que a universidade e o mundo globalizado contemporâneo

[...] requer um professor que dialogue com seus pares, que planeje em conjunto, que exponha as suas condições de ensino, que discuta a aprendizagem dos alunos e a sua própria formação; um professor que transgrida as fronteiras de sua disciplina, que interprete a cultura e que reconheça o contexto em que se dá seu ensino e no qual sua produção acontece.

Se essas são algumas condições básicas para a construção de uma nova profissionalidade docente que promova uma ruptura com a ordem tradicional, vale, então, perguntar: com que incentivo? Com que reconhecimento? Quando o professor universitário percebe essas condições valorizadas? Em que lugar ele se prepara para essa tarefa?

O modo de produção vigente contribui para a valorização da ideia de que cada indivíduo deve investir em sua formação educacional. Na medida em que essa concepção torna-se norte do processo de formação, há difusão de ações competitivas e a diminuição da possibilidade do trabalho coletivo. O imperativo é o investimento na própria capacitação como forma de melhorar a remuneração, dada também pela ampliação da produtividade. Observou-se entre os docentes forte preocupação com o próprio desenvolvimento e carreira profissional, apontando para perspectivas individualistas.

[...] por um lado, o docente é configurado enquanto trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa organização do trabalho [...] onde sua eficácia e produtividade são objetivadas em

índices; por outro lado, o professor é produtor das mercadorias “força de trabalho competente” e “tecnologia e conhecimento científico”, fundamentais na dinâmica do novo funcionamento sócio-produtivo. (Mancebo, 2007, p. 77, grifo do autor).

A autora pontua ainda a existência de três fatores, intrinsecamente relacionados, que incidem diretamente na constituição subjetiva do docente: a precarização do trabalho, a flexibilização das tarefas e nova relação que se estabelece com o tempo de trabalho. Embora no cotidiano e na mídia as queixas do exercício docente estejam vinculadas às reivindicações por melhores salários, as representações dos docentes estão alicerçadas nas condições de trabalho e na perspectiva de democratização do ensino público.

Quanto às condições de trabalho, são representadas a partir de dois componentes: questões singulares da esfera micro (contexto particular institucional) e questões vinculadas à esfera macro (políticas educacionais). Em qualquer dessas dimensões é evidente que as questões de ordem objetiva, como a falta de estrutura física adequada, a necessidade de improvisar recursos para a efetivação da aula, o precário plano de carreira, a baixa remuneração, dentre outros, incidem nas questões subjetivas, incitando posturas e ações diferenciadas por parte do docente.

[...] as condições mesmo são muito difíceis, esse é um processo que a gente está pensando... As condições de trabalho da gente sejam muito precárias, faltam recursos, isso demanda uma infraestrutura que a gente não tem. É uma sobrecondição de trabalho que se coloca pra dar conta de um ideal do que seria uma educação mais humanizada, enquanto professor. Isso é realmente um grande desafio que nós temos; essa questão de planejar a universidade para o futuro, diz respeito inclusive à precarização do ensino público, não estamos falando de particularidades, mas de uma precarização nacionalmente do que significa o ensino público. (Emília).

Ao tratarem das condições de trabalho, os sujeitos não se limitam às experiências particulares do câmpus e da universidade em que trabalham. As representações estão ligadas ao contexto macro, isto é, ao panorama da educação desenvolvida e efetivada as universidades públicas federais. Percebeu-se contradição entre a lógica da produtividade e o caráter humanista das relações educativas. Ao guiarem-se apenas por práticas pedagógicas alicerçadas na questão da relação da humanização, das trocas, da horizontalidade, os sujeitos

sentem que minimizam os meios para publicarem e desenvolverem atividades de pesquisa que demandam tempo para reflexão e pensamento. Veem-se, ainda, coagidos pela racionalidade universitária que valoriza a figura do professor a partir da quantidade de livros lançados, artigos publicados e trabalhos apresentados. O imperativo passa ser a produtividade, onde é a referência de bom trabalho a quantidade de publicações presentes no Currículo Lattes.

Eu tenho duas condições: uma que é daqui, a Unifesp, esse campus, as condições em geral, talvez até as universidades federais em particular... Obrigado, você não é obrigado a fazer nada... Mas nas federais, e imagino que nas estaduais também, a exigência de produção, de trabalho, é uma coisa irracional, irracional... Inclusive ela não bate com o que a gente se propõe, porque a gente trabalha aqui com o aluno, discutindo com ele a questão do encontro entre pessoas, que fazer saúde é encontrar com o outro, é entender o outro, não é só pregar o que você sabe, ou fazer uma prescrição... Não. Tem que conhecer, eu tenho que entender... Isso é uma coisa de construção conjunta... Eu tenho que ouvir o outro, eu não posso passar por cima, como um trator... Então, essa discussão é meio na contramão do que a universidade em geral exige. [...]. A outra situação é que a gente está nesse campus que é novo, então você está vendo aqui, as condições nossas são muito ruins, muito precárias, muito improvisadas... (Maria)

Os elementos estruturais, como espaço físico, ventilação, luminosidade e acessibilidade, são assinalados como instrumentos que afetam o desenvolvimento da atividade docente e são geradores de insatisfação. As políticas e programas educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), o Plano de Desenvolvimento para a Educação (Brasil, 2007) e o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Brasil, 2007) sinalizam sobre a garantia, por parte do estado, de condições de trabalho adequadas, destacando a importância dessa dimensão para o adequado desenvolvimento da educação democrática. Há, nesse contexto, a imposição de condições complexas para o trabalho.

Hoje, objetivamente, as condições estruturais, embora melhores que anteriormente, melhor do ponto de vista da iluminação, de repartição, ainda tem problemas... Muitos... De acessibilidade: eu dou aula na biblioteca a noite pra uma turma,

porque o elevador não funciona, e o elevador não funciona há um mês, não é uma semana! Então eu acho que isso traz um impacto na turma, um impacto do ponto de vista objetivo-relacional... A aluna cadeirante já começa a se ver como a aluna que impede a turma de estar numa sala de aula e os alunos comentam que não se sentem parte da universidade, que são postos numa condição diferente... E eu como docente, um dia da semana tenho que lidar com essas adversidades e fazer com que isso não seja um entrave pra minha tarefa que naquele momento é a docência... Mas também não posso fazer de conta que não acontece... Então isso é uma condição objetiva forte... Questões muito pequenas vão interferindo no contexto da aula... Não ter luz no banheiro a noite, não ter água... E têm outras pautas maiores, objetivas, as condições de remuneração nossas, as discussões dos docentes em âmbito da universidade em campo nacional... A tendência é de não garantir ao docente essas condições plenas de exercício (da docência)... E acho que essas condições objetivas, tendem a motivar ou não o docente pra inserções e pra oposições de atividade no espaço da escola, da universidade. (Cecília)

Percebeu-se o crescimento e desvio nas atribuições do docente, consequência da flexibilização de tarefas na universidade pública. Esse, além das responsabilidades sobre a sala de aula e o processo de pesquisa, passa a desempenhar atividades burocráticas, desde o preenchimento de documentações e afins até a captação de recursos. A relação com o tempo de trabalho é modificada gerando a aceleração da produção docente, bem como maior tempo de dedicação ao trabalho.

O trabalho docente na universidade vem passando por ampla expansão de tarefas em decorrência do privilégio da pesquisa em detrimento do ensino e práticas de extensão. A tônica da universidade moderna é a pesquisa, essa tarefa é a principal função no rol de atividades do docente. A identidade da universidade moderna contribui para o acúmulo de atividades desenvolvidas pelo docente, já que a lógica da produtividade marca a tônica do trabalho.

A nova dinâmica, nomeada aqui como “produtivista-consumista”, encontrada na universidade brasileira ressoa na constituição subjetiva do docente, configurando nova identidade laboral. Pode-se perceber, contudo, que essa identidade contribui para o adoecimento psíquico e físico do mesmo, para a modificação de práticas pedagógicas e para a precarização das relações no ambiente de trabalho e em demais contextos da vida humana. Meis e outros (2005)

e Lipp (2002) (apud Mancebo, 2007) em pesquisas com docentes de diversas áreas reiteram que a continuidade desse quadro poderá conduzir ao declínio da qualidade da ciência e educação brasileira.

Para o pensamento é preciso um tempo de ressonâncias, de elaboração que o termo “experiência” bem expressa, de modo que imediatismo ditado pelo mercado e a exigência do aspecto “aplicado” para o saber caminha em sentido contrário ao processo de criação e de respeito ao tempo de maturação intelectual necessários a qualquer atividade conceitual e de reflexão (Mancebo, 2007, p. 78, grifo do autor).

O sentimento de desrespeito e de desvalor é tônica na fala dos sujeitos, mostrando que se sentem explorados em virtude da alta produtividade que devem cumprir. A escassez de gratificações morais, o ambiente de trabalho precário, a solidão educativa, a hierarquização e burocratização crescentes, os eventos de desvalorização por parte da sociedade, dentre outros, são fenômenos ressaltados por Imbernón (2009) que repercutem negativamente na prática docente.

Então se eu tenho três PIBIC's, eu tenho que ter três produções pra isso... E tudo em tempo curto... Se você não faz naquele ano, não consegue mais... Então assim é a lógica... Eu tenho a maior esperança de que isso vai acabar... Porque não pode ser... Não é uma coisa humana, é uma coisa... um pecado... Uma coisa que tem por dizer assim... Uma desvalia, tira o valor da vida, das pessoas, você não é nada... Você passa a ser um objeto produtor... Sabe, uma mercadoria... (Maria)

Entre os desafios, encontram-se a superação da alienação profissional vinculada à conscientização das condições de trabalho, a estrutura hierárquica, a ruptura de tradições e ideologias, dentre outros. Os obstáculos apreendidos pelos docentes circundam ainda a possibilidade da vivência de uma autonomia profissional compartilhada, ou seja, o desenvolvimento de relações que estejam menos pautadas nas relações de poder e mais alicerçadas no desenvolvimento e crescimento dos sujeitos da educação; ou seja, no fortalecimento da dimensão coletiva do trabalho.

E isso implica, mediante a ruptura de tradições, inércias e ideologias impostas, formar o professor na mudança e para a mudança por meio do desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, e abrir caminho para uma verdadeira

autonomia profissional compartilhada, já que a profissão docente deve compartilhar o conhecimento com o contexto. Isso implica uma mudança nos posicionamentos e nas relações com os profissionais, já que isolados eles se tornam mais vulneráveis ao entorno político, econômico e social (Imbernón, 2009, p. 15).

Pensar em uma lógica em que as relações e a prática da coletividade se desenvolvam pode auxiliar tanto a formação quanto o exercício da docência, já que essa é uma forma de romper com a alienação e o individualismo que caracterizam o panorama atual.

As mudanças no mundo do trabalho incidem diretamente no campo educacional. As exigências quanto à qualificação e competência afetam as expectativas acerca do trabalho docente, de modo que é esperado que esse amplie seu rol de atividades e incremente a quantidade de tarefas (Leda, 2006). A autora defende a especificidade do trabalho docente e sinaliza preocupação quanto à aceleração da produção acadêmica, que na maioria das vezes não apresenta avanços frente ao conhecimento, mas trata-se de reelaboração de conteúdos já difundidos e na superficialidade das discussões.

O significado da ação docente encontra-se atrelado àquilo que motiva e incita o sujeito a realizar seu trabalho. Essas motivações não se encontram alicerçadas somente nos aspectos de ordem subjetiva – desejo, vocação, interesse – mas se dão também no entorno das condições materiais e objetivas em que a docência se efetiva.

Mas acho que o papel do docente é exatamente no sentido de mostrar que o conhecimento é construído e reconstruído constantemente. Estimular o estudante a ter também um nível de preocupação com o contexto que ele está inserido, de que o ensino superior ele tem que estar voltado pras condições reais de vida e de trabalho das populações. O ensino superior não é algo que vai ter um uso exclusivo pra mim, ou que se encerra em mim docente ou no estudante, mas que tem que estar a serviço de um propósito, ele tem que ter um sentido... E o sentido do ensino é contribuir para que haja mudança nas condições de vida da população, lutar pela construção de outra sociedade, com mais equidade, justiça, enfim, eu to falando até do meu Projeto, da profissão. (Beatriz)

Apesar das agruras encontradas no cotidiano de trabalho, os docentes conseguem perceber pontos favoráveis no panorama universitário brasileiro,

marcado pelas modificações que esse sistema tem passado. Os sujeitos ressaltam que a universidade federal pública encontra-se envolta num processo de mudança, buscando superar as desigualdades no acesso ao Ensino Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às transformações na dinâmica da realidade universitária, o trabalho docente também vem se alterando, impondo ao professor a necessidade de desenvolver novas posturas e recorrer a questões formativas. Entre os elementos significativos que podem modificar o trabalho do docente, na contemporaneidade, estão as novas tecnologias da informação, a generalização dos meios de comunicação de massa, a instabilidade do mercado de trabalho e a indecisão sobre as necessidades do futuro universitário. A reconfiguração do trabalho docente demanda o desenvolvimento da capacidade produtiva, especialmente na construção de saberes científicos, assim como a capacidade de interpretar os conhecimentos produzidos aplicando-os nas práticas executadas.

Esse novo paradigma rompe com a história profissional da docência universitária. A análise da carreira docente revela a individualidade e a produtividade científica e dá-se de maneira solitária, na maioria das vezes, favorecendo o isolamento e a solidão. A especialização do conhecimento, os estágios da pós-graduação, a valorização da pesquisa em detrimento do ensino e extensão também são características significativas da universidade que emergem em práticas singulares do docente.

Historicamente, o trabalho docente tem tido sua identidade transformada pela sobrecarga de responsabilidades, pelas incisivas exigências em relação à aprendizagem do educando e pela lógica da alta produtividade. Acredita-se que o exercício da docência no Ensino Superior tem caráter reflexivo e dialógico, contudo, as exigências contemporâneas impossibilitam a reflexão e a discussão necessárias ao avanço do conhecimento e da aprendizagem.

A análise das dimensões subjetivas do trabalho docente pressupõe a concepção do trabalho como elemento central da vida humana. Nesse sentido, se no trabalho encontram-se dilemas e contradições da existência humana, é também no trabalho que se encontram possibilidades para as relações do homem. O trabalho não se configura apenas como aspecto necessário à manutenção da vida, da sobrevivência e da criação de bens, por ser aspecto intrinsecamente humano, o trabalho visa a constituição subjetiva do indivíduo.

O mundo do trabalho cumpre seu papel enquanto elemento criador e transformador de subjetividades, podendo ser melhor compreendido a partir das conjecturas do sistema capitalista. Sendo assim, entende-se que as políticas públicas – especialmente as políticas e planos educacionais –, a organização da universidade e as relações estabelecidas entre os sujeitos da educação – docentes, técnicos e discentes – tem rebatimento no modo como o docente se organiza do ponto de vista do trabalho.

Por meio do discurso apreenderam-se as representações sociais dos docentes acerca do trabalho. A representação social é construção que se efetiva nos elementos da cultura e que reflete as constituições subjetivas dos docentes e as expectativas socialmente construídas do exercício da docência. A representação social possibilitou, então, a construção de uma imagem da profissão e do trabalho.

Esse estudo revelou que o docente universitário tem como característica o prazer pelo seu trabalho, dimensão que compreende as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O encantamento e interesse por essas atividades, especialmente a liberdade existente no contexto da docência universitária, permite ao docente vigor no enfrentamento do cotidiano.

A precarização do trabalho docente, contudo, é imperativo no cenário pesquisado. O sentimento de desrespeito e desvalor é presente. A necessidade de produzir, característica maior do neoliberalismo, ganha vigor na universidade pública. Esse fenômeno gera mudanças na identidade docente, já que o professor se sente forçado a expandir o rol de tarefas e a produzir material acadêmico. Enquanto reflexo da lógica mercantil, característica ímpar do sistema capitalista, vê-se a proletarização da docência, onde o docente, na condição de trabalhador é exaurido em suas forças. Esse processo não compromete apenas a dimensão do trabalho, mas afeta e transmuta várias dimensões da vida desses indivíduos.

No que tange a dimensão psíquica, a subjetividade do docente é também delineada a partir das relações com o trabalho. Os demais atores do contexto educacional universitário – pares, estudantes, técnicos – são personagens que alimentam os significados atribuídos ao trabalho a partir das experiências socialmente vivenciadas e partilhadas. Dessa maneira, entende-se que essas relações sociais, originárias do contexto universitário, possibilitam construções polissêmicas, contribuindo para a caracterização do trabalho docente.

A objetividade da atuação docente possibilita o desenvolvimento de processos de subjetivação. A intervenção do sujeito no seu contexto de trabalho – aqui a universidade e todos os seus atores – permite a

transformação da realidade, bem como a transformação de si próprio. Ao pensar, criar, decidir, planejar e atuar conforme as próprias escolhas, o docente gera sentidos e significados para as experiências vivenciadas.

Percebeu-se que as representações sociais das subjetividades nos docentes são decorrentes da trama econômica, social, política e cultural; ou seja, as emoções, o modo de apreender e conceber a realidade são resultantes da realidade experienciada. É importante destacar, ainda, que as condições de trabalho, marcadas pela agudização e precarização, podem alijar essa subjetividade, impedindo que o docente avance enquanto sujeito criativo, criador e alcance a emancipação.

O contexto universitário estudado revelou que o docente é sujeito que, do ponto de vista emocional e social, reside na fronteira: por um lado, necessita suportar as condições precárias de trabalho para avançar no conhecimento, por outro, se regozija com esse conhecimento tecido coletivamente e busca a emancipação. A continência, enquanto capacidade de tolerar, pode ser apreendida, conduzindo à reflexão de que o docente na atualidade brasileira é ser que acredita na possibilidade de uma sociedade mais justa, igualitária, ética e democrática.

Esse estudo não esgota as problemáticas vivenciadas pelos docentes universitários. Novos estudos fazem-se necessários para melhor compreensão da categoria trabalho à luz da perspectiva crítica.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, W.M.J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(2), 222-245.
- Alexandre, M. (2004). Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum*, 10(23), 122-138.
- Basso, I.S. (1998). Significado e sentido do trabalho docente. *Cadernos CEDES*, 19(44). Recuperado em 20 de fevereiro, 2012 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100003&lng=pt&nrm=iso.
- Bock, A.M.B., Gonçalves, M.G.M. & Furtado, O. (Eds.). (2007). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.
- Brasil (1996). Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Recuperado em 31 de julho, 2009 de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.
- Brasil (2007a). Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial da União*. Recuperado em 10 de julho, 2011 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm.

- Brasil (2007b). Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*. Recuperado em 10 de Julho, 2011 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm.
- Charaudeau, P., Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Cunha, M. I. (Ed.). (2007). *Reflexões e práticas em pedagogia universitária*. Campinas, SP: Papyrus.
- Demo, P. (2000). *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2001). *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. São Paulo: Papyrus.
- Deusdará, B. (2010). Optar pela UERJ: atitudes interrogativas frente a posturas dogmatizantes. *Revista ADVIR*, 25, 35-41.
- Freire, S. A. (2006). *Conhecendo análise do discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Valer.
- Imbernón, F. (2009). *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez.
- Lane, C. T. M. (1994). *O que é psicologia social?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. (1985). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Leda, D. B. (2006). *Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas*. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 29. Recuperado em 26 de Janeiro, 2012 de <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1979--Int.pdf>.
- Mancebo, D. (2007). Trabalho docente: subjetividade, sobre-implicação e prazer. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 20(1), 74-80.
- Marx, K. (1994). Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. In Fernandes, F. (Ed.). *Marx, K., Engels, F.: história*. São Paulo: Ática.
- Marx, K. (1996). *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Orlandi, E. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9(3), 300-308. Recuperado em 25 de junho, 2012 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017&lng=pt&nrm=isso.

Recebido em: 12.04.2013. Aceito em: 04.07.2013.

Autores:

Tatiana Machiavelli Carmo Souza – Doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca, Professora Assistente I na Universidade Federal de Goiás, Jataí, GO.

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira – Doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca, docente da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS).

Endereços para correspondência:

Tatiana Machiavelli Carmo Souza
Universidade Federal de Goiás – Câmpus Jataí
Rua Riachuelo, CP 03
CEP 75804-020, Jataí, GO, Brasil
E-mail: tatimachiavelli@yahoo.com.br

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Av. Eufrásia Monteiro Petrágia, 900 – Jd. Dr. Antonio Petrágia
CEP 14409-160, Franca, SP, Brasil
E-mail: cirleneoliveira@terra.com.br